

Algo na forja

O movimento dos “indignados” em Espanha mobilizou, desde Maio, milhares de pessoas, não apenas jovens. O poder tem-no tratado com cautela. Por um lado, porque hostilizá-lo pode dar-lhe ainda mais adeptos; por outro, porque gostaria de fazer dele um concorrente do movimento laboral.

O mesmo por cá, como se viu com o apoio dado ao protesto da geração à rasca, uma semana antes da manifestação sindical de 19 de Março.

Percebe-se: verdadeiramente explosiva seria a junção do movimento laboral com a indignação das camadas jovens. Mas é esse o caminho para que a luta social tenha sucesso.

Não faltam conselhos para que os protestos dos jovens se situem nas margens da ordem, não contestem por grosso o regime político ou o sistema económico, e aceitem “negociar” com o poder – como propõe o candidato a líder do PS espanhol (actual ministro das polícias), lançando o isco de uma reforma... do sistema eleitoral.

São tentativas de explorar fraquezas do movimento: débil estrutura, mistura de interesses de classe, falta de experiência política. Mas, até ver, as razões dos “indignados” são mais fortes que tudo isso: o desemprego crónico, a falta de perspectivas de vida, a noção crescente de que o capitalismo não tem melhor a dar, e a evidência de que o poder político está ao serviço deste estado de coisas.

Por isso a manifestação de Madrid de 19 de Junho arvorava o lema “Caminhemos juntos contra a crise e o capital”. Por isso 84% dos espanhóis dá razão aos jovens e afirma que eles levantam os reais problemas da população. Por isso a central sindical Comisiones Obreras a apoiou.

Estes movimentos dão um sinal de mudança. Massas de jovens até há pouco alheios à política lançam-se contra o sistema social; desrespeitam as convenções com que o poder tenta resguardar-se; esboçam acções de âmbito internacional. Algo de novo está na forja.

MUDARDEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50 €

Maio-Junho 2011 / número 28

Indigna-te!



As medidas ditadas pela *troika*, para que fosse aceite a “ajuda” a Portugal, traduzem-se num violento ataque em várias frentes contra as classes trabalhadoras e os pobres, de cujas consequências muitos ainda não se aperceberam bem. Importa criar uma corrente de oposição anticapitalista como condição para

despertar para a luta mais sectores populares; para arrancar muita gente da inacção e do desânimo. Significa isto, nas actuais condições de crise do sistema social, um alargamento e não um estreitamento do campo de luta política, como se vê pelos sinais dados pelas intervenções de rua de jovens até há pouco arredados da acção e avessos à política.

Nem viragem nem mudança *pág. 3*

O capital que pague a dívida *pág. 6-7*

As malfeitorias do plano da *troika* *pág. 8*

A Primavera dos povos do Sul e o Outono do capitalismo *pág. 9*

NATO prepara a invasão da Líbia? *pág. 11*

Os partidos da *troika* e da guerra

Cumplicidades com a rapina e a agressão

O actual comando da NATO em Oeiras vai ser substituído por um outro comando, de nível inferior, com a instalação do quartel-general das forças navais de ataque e apoio de intervenção rápida – o STRIKFORNATO. Os ministros da Defesa dos 28 Estados-membros da NATO acabaram de chegar a acordo, em Bruxelas, sobre as alterações na estrutura de comandos daquela organização militar imperialista.

De salientar que o STRIKFORNATO, agora “ganho” por Portugal, é o comando de uma estrutura (assente nos meios navais dos EUA) e que essa estrutura é uma das responsáveis directas por várias agressões militares da NATO, nomeadamente nos casos do Afeganistão e da Líbia.

O ministro da Defesa português, Santos Silva, apesar de anteriormente ter vindo a manifestar-se confiante na manutenção do actual comando de Oeiras, logo após a diferente decisão da reunião de Bruxelas falou com bazófia aos jornalistas, afirmando terem sido alcançados os objectivos definidos por Portugal para a reforma dos comandos da aliança e que os resultados não podiam ser outros, pois “Portugal tinha marcado os limites para este emagrecimento da NATO”.

Assim é que é. Esta gente também impõe respeito aos



patrões!
Nas mesmas declarações, Augusto Santos Silva referia que as actuais decisões de Bruxelas se revelavam compatíveis com o mandato que recebera dos três partidos – PS, PSD e CDS - que defendem a participação de Portugal na NATO. Isto é, os mesmos partidos que subordinaram Portugal aos tenebrosos ditames da *troika* (com as graves medidas anti-trabalhadores que têm estado a ser gizadas), são, igualmente, co-responsáveis pelas guerras coloniais, de agressão e rapina, levadas a cabo por aquela

aliança militar imperialista. Mais. Sejam claros, por muito que possa doer a alguns, estas políticas criminosas não se devem apenas ao árbitro de meia dúzia de senhores. Ainda recentemente, em 5 de Junho, um pouco menos de 50% dos eleitores portugueses votaram expressamente nestes mesmos três partidos da *troika* e da guerra (e não me venham dizer que desconheciam os programas e/ou a prática deles), afirmando claramente o seu apoio e cumplicidade com tais políticas, imposições e crimes.

Pedro Goulart

Homenagem

Em 2 de Maio, fez um ano que nos deixou fisicamente um dos últimos moicanos da classe operária revolucionária portuguesa: António Maurício, dirigente sindical e operário da extinta Sorefame. Era filho de mineiro e desde cedo entendeu a luta de classes como um passo fundamental para criar um mundo novo e uma humanidade melhor. Homem de corpo inteiro, humilde, despojado e depurado pelo marxismo, sempre lutou por uma sociedade sem explorados nem exploradores, contra a burguesia e o capitalismo. A melhor homenagem que lhe podemos prestar é que vamos continuar a sua luta até à vitória final, porque continua vivo nos nossos corações e os protagonistas da história não morrem.

Fernando Barão

Despejos

O despejo sumário, na Amadora, de um casal de cidadãos pobres e vulneráveis, transmitido em directo pela TVI, prova o que a *troika* externa e interna ambiciona para o que resta da nossa soberania: rasgar a Constituição e acabar com o direito à habitação. Nem de propósito, o famigerado economista Camilo Lourenço defendeu no programa *Sociedade Civil*, na RTP2, que a liberalização dos despejos imposta pela *troika* é fundamental para facilitar a mobilidade dos trabalhadores (!). Porque é que também não o despejam sumariamente da comunicação social? O disparate e a provocação têm limites.

Fernando Barão

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com

www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

Nem viragem, nem mudança

Porque é que a esquerda não capitalizou o descontentamento da maioria dos trabalhadores?

As últimas eleições proporcionaram ao Capital condições para dar mais um passo no ataque ao Trabalho. A maioria de direita, que contará com o apoio do PS, dá ao patronato uma base política mais estável do que tinha com o segundo governo de Sócrates. Preparada por seis anos de governação do PS, a vitória eleitoral da direita e os seus planos mais ousados não são de estranhar, portanto. Mas, para os trabalhadores, a questão fundamental a precisar de resposta é outra.

Porque é que a oposição de esquerda não capitalizou o descontentamento?

Porque é que no meio de uma crise sem precedentes do capitalismo português (envolvido, para mais, numa colossal crise do capitalismo mundial) não se levanta uma onda de contestação do regime? Porque é que, apesar das grandes manifestações e lutas sectoriais, não se forjou do lado dos trabalhadores uma barreira eficaz às medidas de terrorismo social que vêm sendo aplicadas?

A quebra eleitoral

Os resultados eleitorais dizem alguma coisa sobre isso. A grande perda de apoio do Bloco de Esquerda, expressa numa provável fuga de votos para o PS e para a abstenção, é sinal de que a sua linha política não foi vista, nas condições da crise que se atravessa, sequer como uma trincheira de resistência aos ataques do capital. Ao contrário, a votação estável da CDU mostra que, para boa parte do eleitorado trabalhador, o PCP e a CGTP (as forças principais da coligação) são vistos como a trincheira de resistência que resta. Mas a estagnação que aquela estabilidade de votos também evidencia, por outro lado, revela que a linha política que ambos propõem não se mostrou capaz de concitar o apoio de uma franca maioria de trabalhadores. Não há fórmulas mágicas para o conseguir, mas uma coisa é certa: não é possível, hoje, no

meio de uma cada vez mais evidente crise do sistema capitalista (nacional e mundial) continuar a propor remédios que não ataquem o próprio sistema. Nesta ordem de ideias, falta na política portuguesa uma linha explicitamente anticapitalista, que ataque os problemas da crise a partir desse ângulo.

Uma omissão decisiva

A insistência da oposição de esquerda sobre a “incompetência” governativa, a sugestão de que a coisa iria bem com “melhores” protagonistas, a redução dos problemas a uma questão de “opções políticas”, a aceitação de que a resolução da crise passa por mais produção (quando no centro da actual crise está um excesso de produção invendável!) – limitam os horizontes dos trabalhadores e das massas populares empobrecidas, resigna-os aos factos consumados, leva-os a admitir apenas soluções dentro do quadro político do regime, quando é preciso abrir os olhos para o caos em que todo o sistema capitalista está mergulhado e para a necessidade de o colocar em causa.

Em tudo isto há, portanto, uma omissão fulcral – não é dito: o capitalismo mundial e nacional chegou a um impasse, mostra-se incapaz de responder às necessidades da maioria, todas as suas vias de resposta à crise se reduzem a sacrificar mais os trabalhadores, a solução dos problemas, mesmo os do dia a dia, passa por criar uma corrente de oposição ao sistema



capitalista.

Resposta anticapitalista

Criar uma corrente de oposição anticapitalista é, portanto, condição para despertar para a luta mais sectores populares; para arrancar muita gente da inacção e do desânimo. Significa, nas actuais circunstâncias de crise do sistema social, um alargamento e não um estreitamento do campo de luta política – como se vê, de resto, pelos sinais, ainda ténues e confusos, dados pelas intervenções de rua de jovens até há pouco arredados da acção e avessos à política.

Uma tal oposição, a nosso ver, terá de assentar em pelo menos três pontos:

1. A resposta das massas trabalhadoras tem de ser dirigida contra o capitalismo. É na decadência do capitalismo que está a origem da decadência económica, social, moral e política que atinge o país e o mundo. Os partidos políticos, as forças e as instituições do poder devem ser tratados não como o fulcro do problema, mas como os administradores do capital em crise. As soluções não podem portanto centrar-se numa substituição das equipas dirigentes, numa “correção” dos métodos de governo, numa moralização da via política. A principal liberdade a reivindicar é a de não ser explorado; a democracia a defender é a da maioria, a da massa trabalhadora.
2. A resposta dos trabalhadores tem de ser classista.

Importa rejeitar a falácia de que trabalhadores e não-trabalhadores pertencem todos à mesma família de interesses, ou que a crise da economia capitalista é comparável à de uma economia familiar. Importa trazer para primeiro plano o facto de, em cada país, haver um confronto entre quem explora e quem é explorado. São os trabalhadores assalariados o primeiro alvo e as principais vítimas das medidas de empobrecimento. Há pois que recusar os sacrifícios impostos a pretexto de solucionar a crise económica; recusar a suposta partilha de sacrifícios como uma armadilha; defender os interesses próprios de quem trabalha contra os interesses do patronato. Só por esse caminho se poderá juntar uma força social com a dimensão e com a determinação suficientes para pôr em respeito o capital e obrigar o poder a pensar duas vezes nas medidas que queira aplicar.

3. A resposta terá de ser multinacional. Não estamos sós na desgraça e esse facto dá aos trabalhadores força e não fraqueza. As iniciativas multinacionais, a coordenação entre forças sindicais e políticas, são passos indispensáveis para desenvolver do lado dos trabalhadores uma capacidade de resposta global correspondente à globalização já conseguida pelo capital e pelos seus instrumentos de poder. Só essa capacidade acrescida colocará os trabalhadores ao nível dos desafios de hoje.

Urbano de Campos

Primeiras impressões

Notas sobre a “mudança” de que por aí se fala

Passos Coelho não perdeu tempo: mal soube que ganhara as eleições, tratou de vincar que se comprometia a impor, não só os “sacrifícios” previstos pelo acordo firmado com a *troika*, como a “ir ainda mais além”. Entende-se o propósito: fazer sentir aos “mercados internacionais” e ao patronato nacional que o próximo governo está disponível para todas as medidas de penalização do Trabalho, as que já estão estipuladas e as que aí vierem.

No que toca aos “mercados”, o poder de persuasão de Passos não foi muito grande, a avaliar pelas reacções: os juros das Obrigações do Tesouro permaneceram, imperturbáveis, nos níveis ruinosos em que têm andado, e a bolsa de Lisboa continuou em queda. Bons pretextos, portanto, para “ir mais além”.

Mas, quanto ao patronato nacional, não podia haver maior consonância com as palavras de Passos Coelho. Dando voz à generalidade dos patrões, o presidente da CIP insistiu na tecla dos “três anos duros” que aí vêm, e disse que vê num governo bipartidário “uma base para promovermos as reformas que se impõem”.

Portas, o moderado

Na própria noite da vitória eleitoral, Paulo Portas foi o rosto da magnanimidade para com o vencido Partido Socialista. Ele próprio explicou porque é que não se deve hostilizar o PS: “precisamos dele” para obter as maiorias parlamentares qualificadas, designadamente os dois terços para a revisão constitucional.

Precisam dele também para ajudar a convencer os trabalhadores a suportarem os efeitos calamitosos do acordo com a *troika* e a obterem o grau de “paz social” que convém ao patronato. Tem Portas inteira razão na sua expectativa, pelo que a seguir se mostra.

O PS “na oposição”

Ainda a contagem dos votos não tinha terminado, a TSF perguntou à ministra do Trabalho, Helena André, se o PS na oposição significaria mais protestos nas

ruas. Resposta imediata: “Isso seria catastrófico”, acrescentando que tudo vai depender da capacidade do novo governo para promover a “concertação social”.

O papel do PS no governo foi o de destroçar, quanto pôde, as defesas dos trabalhadores, pavimentando o caminho para um governo declaradamente de direita; o seu papel na oposição, pelas palavras de Helena André, será agora o de ajudar esse governo de direita a cumprir o acordo firmado com a *troika* (esse sim catastrófico para quem vive de salário) travando os, mais que legítimos, protestos dos trabalhadores. Estamos elucidos.

Para compor este quadro com uma tirada “ideológica”, o ministro Luís Amado defendeu, dois dias depois das eleições, a tese de que a economia portuguesa precisa de “um choque liberal” e ninguém melhor para o fazer do que um governo “liberal-conservador” (linguagem dele), como o que vai ser formado por Passos e Portas. Amado, que durante a campanha eleitoral dissera que as alianças do PS, se ganhasse, seriam com a direita, confirma o que se tornou óbvio: a governação do PS não fez outra coisa senão preparar o caminho para que um governo ainda mais à direita tomasse o lugar do de Sócrates – o que aconteceria com o PS ou sem o PS.

Que se ponha a pau o secretário-geral da UGT, João Proença, que, no quente dos acontecimentos, disse não aceitar medidas de “desregulação social” e deu como inevitável o “aumento da contestação social” se os direitos dos trabalhadores



forem postos em causa. “Se” forem postos em causa?! Digam rapidamente a João Proença que o acordo com a *troika*, assinado pelo seu partido, visa precisamente a “desregulação” e o ataque aos direitos dos trabalhadores.

Urgência! Urgência!

Cavaco não deixa créditos por mãos alheias: quer que se saiba que mete a mão no próximo governo. Muito antes de a Comissão Nacional de Eleições publicar os resultados oficiais (que formalmente deveria ser o ponto de partida para os demais actos políticos) convidou Passos Coelho para formar governo e deu-lhe prazo curto. Apontou a “conveniência” de ser o novo executivo a estar presente na cimeira de Bruxelas, dias 23 e 24, metendo-se claramente na esfera governativa. Entrou assim na correria que a direita está a impulsionar com pretexto na

urgência de aplicar as medidas impostas pela *troika*.

Um dos primeiros alvos dessa urgência é torneir a discussão sobre a inconstitucionalidade de diversas daquelas medidas, ou remetê-la para depois de serem postas em prática – violando descaradamente os ainda vigentes preceitos constitucionais que as contrariam, por exemplo, sobre justa causa nos despedimentos, gratuidade do Serviço Nacional de Saúde e outros.

Para todos estes figurões, a “lei fundamental” deixa de o ser logo que sintam força para a espezinhar. É o que se vai dar com o argumento da urgência. Depois, quando os factos estiverem consumados, talvez formalizem a necessária revisão apelando então ao sentido patriótico e construtivo do PS para terem os tais dois terços na Assembleia.

Manuel Raposo

ENVC em luta

Em 20 de Junho, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo anunciaram um plano de reestruturação que despede 380 dos 720 trabalhadores. A Administração, com uma razoável carteira de encomendas, pretende aliviar os custos fixos, admitindo contratar 200 trabalhadores através de subempreiteiros. Apreensivos e revoltados, os operários, em plenário no dia 22, decidiram uma greve para dia 29. À noite, o presidente do Conselho de Administração, Carlos Veiga Anjos, demitiu-se do cargo, alegando insultos e tentativas de agressão por parte dos trabalhadores. Não disse que, à saída da empresa, como afirmaram testemunhas, investiu com o carro contra os trabalhadores concentrados que lhe pediam explicações.

Idade Média

A 13 de Maio, em Fátima, um repórter da TSF assegurou que, no momento em que eram evocados passos da vida de João Paulo II, um arco íris rodeou o disco solar e “ouve-se então entre a multidão a palavra: milagre! milagre!”. Para reforçar a “prova”, as televisões deram imagens dos rostos de gente apatetada a olhar para o ar, balbuciando coisas equivalentes. João Paulo II, que conseguiu o *score* mínimo de um milagre para ser beatificado, precisa urgentemente de um segundo milagre para chegar a santo. Se esse milagre fosse “português” talvez uma nova fonte de rendimentos do turismo religioso e uma nova arma de imbecilização do povo ajudassem a almofadar as agruras da crise. Força TSF, força TVs!

A lebre

O governo PS foi a lebre que fez o trabalho sujo neoliberal da direita. Entre a fotocópia (PS) e o original (PSD) a maioria dos eleitores votou no original. Mas a globalização selvagem capitalista responsável pela actual crise está a esquecer a revolta social globalizada. *FB*

A direita mais reaccionária claramente ao ataque

Constituição em causa e redução da Taxa Social Única

Durante anos e anos escreveram e disseram, umas vezes mais claramente, outras vezes recorrendo a ambiguidades e subterfúgios, do seu ódio aos direitos e conquistas dos trabalhadores e dos mais pobres. Hoje, as classes dominantes sentem-se com mais força, com toda a direita do regime mobilizada (uma maioria parlamentar, um presidente, um governo maioritário e o apoio do PS), para uma grande ofensiva contra as classes oprimidas e exploradas. E a direita mais reaccionária passou ostensivamente ao ataque, ocupando quase totalmente os média.

Da longa lista de análises e preleções dos políticos do regime, jornalistas, “especialistas” de serviço e outros criados do capital, destacamos aqui apenas dois exemplos significativos. O discurso bafiento de António Barreto no Dia de Portugal, deixou claro o que pensa este refinado defensor dos interesses do patronato (e, provavelmente, também o que pensa o próprio Cavaco Silva). Já aqui há uns meses, em declarações à Lusa, Barreto manifestava-se contra as garantias constitucionais nos domínios da saúde, educação e habitação. Agora, no dia 10 de Junho, afirmou que a “adequação, à sociedade presente, desta Constituição anacrónica, barroca e excessivamente programática” se afigura indispensável. E que “uma nova Constituição, ou uma Constituição renovada, implica um novo sistema eleitoral, com o qual se estabeleçam condições de confiança, de lealdade e de responsabilidade, hoje pouco frequentes na nossa vida política.” Ainda, que “uma Constituição renovada permitirá pôr termo à permanente ameaça de governos minoritários e de



Parlamentos instáveis.” Neste discurso, Barreto foi suficientemente mais claro quanto aos seus propósitos, que são os mesmos das classes dominantes. Pense-se à esquerda o que se pensar desta Constituição, a verdade é que a “necessidade da sua adequação” às novas realidades, dito por esta gente, é apenas um pretexto para o patronato fazer tábua rasa dos direitos e garantias que ainda restam aos trabalhadores e ao povo, nomeadamente quanto à questão dos despedimentos, assim como ao grau de exploração de quem trabalha. Por outro lado, Ferraz da Costa, ex-presidente da CIP e actualmente presidente do Fórum para a Competitividade, que nunca se demitiu de uma defesa intransigente dos interesses do patronato, indo mesmo bastante mais longe que muitos dos seus parceiros, sustenta a necessidade de um corte de 20 pontos percentuais na Taxa Social Única (TSU), ficando esta apenas em 3,75%. E, para compensar a descida da TSU, Ferraz da Costa sugere o aumento do IVA, com uma “redução fortíssima no número de produtos taxados a 6%”, considerando que “nessa taxa devem estar apenas os produtos agrícolas e a sua primeira transformação. O restante seria

taxado a 23%, acabando, também, a taxa intermédia de 13%. Com esta teoria, enquanto se deixa mais dinheiro nas mãos dos patrões, aumenta-se o custo de vida das classes trabalhadoras e, também, o empobrecimento da generalidade dos portugueses. Argumenta ainda Ferraz da Costa que “devemos tributar mais o consumo porque a propensão para consumir das famílias portuguesas é a mais elevada da zona euro e que “temos uma percentagem de consumo no PIB que ronda os 68%, superior à dos Estados Unidos”. Desconhece o economista Ferraz da Costa que é maior a propensão ao consumo dos trabalhadores e dos mais pobres pois, ao contrário dos patrões e dos ricos, são obrigados a consumir na alimentação e em outros bens essenciais a maior parte daquilo que recebem? E não sabe que é uma mistificação fazer esta comparação com os EUA, quando estão em causa níveis de vida muito diferentes? O que acontece é que o antigo presidente da CIP sabe isto tudo e opta pela demagogia, subvertendo as leis económicas, para melhor servir um patronato, que ainda quer pagar menos aos trabalhadores.

Carlos Completo

O capital que pague a dívida, o capital que pague a crise

Nas vésperas das eleições de 5 de Junho, três colectivos políticos – de Comunistas Revolucionários, Mudar de Vida e Política Operária – tomam posição sobre a nova avançada da direita à sombra do acordo firmado com a *troika* FMI/BCE/UE. Denunciaram aquilo que se tornava claro: a linha de acção do novo governo, fosse ele qual fosse, seria cumprir escrupulosamente os ditames do acordo, servindo as eleições apenas para sancionar isso mesmo.

A declaração apela a uma união de forças sociais à esquerda para fazer frente ao bloco da direita, exorta os trabalhadores a rejeitarem os custos da crise e propõe medidas para que seja o capital a pagar a dívida e a crise do capitalismo português. Publicamos o texto integral do comunicado então divulgado.

Nova avançada da direita

É evidente que a direita vai ganhar as eleições de 5 de Junho. Só não o reconhece quem ainda acreditar que o PS é um partido de esquerda ou quem for na cantiga de José Sócrates de que o PS vai defender (agora!) os pobres e o Estado Social.

Longe de ter sido, como pretendem os seus dirigentes, uma barreira ao avanço da direita, o PS foi, pelo contrário, a gazua que abriu portas a uma nova onda contra os assalariados impulsionada por toda a classe capitalista.

A par do PSD e do CDS, o PS é uma das três máscaras com que, alternadamente, o capital tem conduzido a sua guerra de classe contra os trabalhadores nos últimos 36 anos – retirando-lhes direitos, piorando-lhes as condições de trabalho, cortando-lhes salários, atirando-os para o desemprego.

Com a política de que o PS foi o fiel executor nos últimos seis anos, o patronato conseguiu desarticular as poucas protecções sociais do Estado e minar as defesas legais do trabalho. Viu assim amadurecer as condições para um governo declaradamente de direita e para subir mais um degrau no ataque aos assalariados.

Um governo para aplicar o programa da *troika*

A política do próximo governo – a um, a dois ou a três – está definida: é o programa acertado com a *troika* FMI/BCE/UE. O seu objectivo central e imediato foi saldar a dívida do capitalismo português à banca europeia. E, como penhor do empréstimo contraído para esse efeito, os três partidos do capital deram como garantia... o drástico empobrecimento da população trabalhadora portuguesa, o desemprego maciço.

Nenhum outro propósito tão palpável e tão imediato consta do memorando firmado com a *troika*. É isso que conta desde já e acima de tudo. Por baixo das miragens de um “crescimento económico futuro” está uma realidade muito mais crua: o capital leva a cabo uma política de esmagamento das classes trabalhadoras.

Este é o único caminho que o patronato conhece para fazer face à crise dos negócios. Por isto mesmo, não é o sistema económico capitalista que convém aos trabalhadores, mas

sim um sistema donde sejam banidos o lucro e a exploração, os verdadeiros causadores das crises.

Unir forças à esquerda

Só foi possível chegar ao ponto em que estamos porque o patronato, através dos seus partidos, levou a cabo, sem desfalecer, a sua missão de explorar o trabalho tanto quanto possa; e porque, do outro lado, a resistência dos trabalhadores (apesar das repetidas lutas e das grandes manifestações de protesto) não foi suficiente para pôr o patronato em respeito.

A pressão do poder e do capital torna-se, porém, cada dia mais insuportável. Acumula-se a indignação e a revolta. O surgimento de manifestações maciças de jovens que reclamam uma vida digna são um primeiro sinal de que se alarga o campo da luta de classes; de que cresce o número dos que se dispõem a responder ao terror social imposto pelo patronato. Não são forças alternativas, mas sim forças que se somam às do movimento sindical e a todas as demais que têm vindo a resistir – e que lhes podem trazer mais energia combativa e sangue novo.

É preciso incentivar esta disposição de luta e rejeitar toda a chantagem sobre os “perigos de uma convulsão social”. Sob o argumento da ordem, do civismo, do sossego o que as classes dominantes pretendem é assegurar as condições para continuarem a esmagar os de baixo. Contra isso, é preciso unir todas as forças que se juntam à luta de massas e declarar a legitimidade da luta social em todas as suas formas.

Recusemos pagar os custos da crise

Diante da crise, parece haver só duas posições viáveis: a que quer descarregar os custos sobre os trabalhadores, totalmente e de imediato (defendida pelos partidos do poder); e a que pretende promover uma partilha dos custos entre trabalhadores e patrões (como defendem o BE e o PCP).

O ponto central da nossa posição é de que os trabalhadores devem rejeitar pagar os custos da crise e pugnar pelos interesses próprios da sua condição de classe. Não lhes cabe, nem podem, resolver os problemas do capital – mas sim defender os seus interesses enquanto assalariados. As suas armas são a acção de massas, o apoio mútuo, a solidariedade de



classe (nacional e internacional).

Consideramos que a resposta à crise do capitalismo não está na habilidade ou na imaginação das "soluções" propostas, mas na força colocada no confronto de classes.

Patrões e forças do poder sabem onde está a fonte de riqueza que os alimenta. Não é por falta de melhores ideias que espoliam os assalariados. Dar-lhes conselhos é perda de tempo.

Este ataque não pode ser travado com tentativas de concertação. Acreditamos, sim, que é possível forçar o patronato a recuar se, do lado dos trabalhadores, se reunirem as forças sociais dispostas a obrigar o capital a pagar a crise.

Quatro medidas para que o capital pague a crise

Trabalho para todos

- Ponto final nos despedimentos.
- Contra o desemprego e a precariedade, reduzir o horário de trabalho sem reduzir salários.

Combate à pobreza e à degradação do nível de vida

- Aumento dos salários e pensões, redução do leque salarial.
- Não ao aumento dos preços.

- Uso dos dinheiros do Estado e da Segurança Social em exclusivo para apoio ao emprego e ao bem-estar dos trabalhadores.
- Corte drástico nas despesas militares. Regresso de todas as forças militares e policiais em missões no estrangeiro.

Mais justiça social em vez de polícia

- Apoio social aos bairros pobres, aos imigrantes e à população empurrada para a miséria.
- Fim ao esbanjamento dos dinheiros públicos. Revogação das Parcerias Público-Privadas.
- Julgamento dos especuladores e corruptos. Expropriação das suas fortunas em benefício da Segurança Social.
- Fim dos privilégios dos administradores e políticos. Extinção das reformas milionárias.
- Impostos fortemente progressivos sobre o capital e as fortunas.

Unidade popular contra o capital

- Recusa do acordo com a *troika*.
- Combate à política de terrorismo social do patronato.
- Não votes nos partidos de quem te explora.

31 de Maio de 2011

Colectivo de Comunistas Revolucionários
Colectivo Mudar de Vida
Colectivo Política Operária

Dívida Crónica de um estoiro anunciado

Quantos pacotes já houve, e cada um deles era o último? À conta do Governo anterior, foram quatro. Caiu e deixou-nos um

memorando. O novo Governo acha que é pouco e tem de fazer mais do que lá está prometido.

Fazer mais significa, neste caso: mais privatizações, mais despedimentos, mais impostos. Por outras palavras, sem lhe chamar pacote, já tem outro na forja. Com o caso grego diante dos olhos, já nem se dá ao trabalho de dizer que este pacote é o último e soluciona o problema. Cá como lá, o buraco não tem fundo.

Podem as privatizações tapar o buraco?

Podem, quando muito, pôr um remendo: no dia, na hora, no minuto, de encaixar o dinheiro de venda da TAP, da Águas de Portugal, dos CTT, as contas do Estado parecerão um pouco mais folgadas. Mas, como só se vende o que dá lucro, e só se privatizam as empresas prósperas, no ano seguinte o Estado terá menos uma fonte de receitas e a mola do endividamento estará mais forte.

Dir-se-á que isto é muito simplista, porque o Estado com mais dinheiro nos cofres consegue financiar-se com mais facilidade nos famosos "mercados". Grande coisa: ganhará, talvez, grão a grão, uns pontinhos percentuais, desses que tem andado a perder às dúzias nos últimos meses.

Lembremos que Teixeira dos Santos falava ainda neste ano dos 7% como fasquia altíssima para pedir a ajuda do FMI. Confiava então que ela nunca seria atingida. Na altura foi o que se viu. Agora já ouvimos falar em juros de 15%. A queda prossegue, imparável. Quando "os mercados" sobem o juro para compensarem um risco cada vez mais elevado, qualquer leigo percebe que o próprio encarecimento do dinheiro aumenta a probabilidade do estoiro. O efeito reage sobre a causa: quando sobe o preço do risco, essa subida agrava o próprio risco. "Os mercados" sabem-no muito bem: mas a sua lógica é a do salve-se quem puder e não podem deixar de empurrar o mundo para o abismo.

Será esta uma queda de dois ou três países, os chamados PIGS, vítimas da especulação de um capital sem pátria? Esses vão primeiro, mas não vale a pena assumirem o papel de coitadinhos, nem responderem-lhe com uma retórica patrioteira. A crise é internacional. A resposta dos trabalhadores só pode ser internacional.

António Louçã

As malfeitorias do programa da *troika* e a necessária luta dos trabalhadores

O programa da *troika* (FMI/UE/BCE), que o governo PSD-CDS pretende levar ainda mais longe (com a revelação da sua vontade de privatizar as Águas de Portugal), além de constituir um violento ataque contra as classes trabalhadoras, representa, também, o ruir do pouco que ainda restava de independência nacional. Os homens da *troika* levam as suas duras exigências até ao pormenor, sem preocupação séria quanto aos resultados (veja-se a grave situação grega), impondo essas medidas aos futuros governos de Portugal.

Alguns significativos exemplos do que é exigido pela *troika*:

- Limites às deduções globais do IRS, com limite específico para as despesas de saúde;
- Subida do IMI através da reavaliação dos imóveis;
- Descida significativa da Taxa Social Única, com contrapartida num aumento generalizado das taxas de IVA, nomeadamente na electricidade e no gás;
- Aumento das taxas moderadoras na Saúde, em especial nas urgências e consultas da especialidade, assim como uma revisão das actuais isenções;
- Facilitação dos despedimentos por inadaptação ou extinção de posto e corte nas indemnizações por despedimento;
- Privatização da EDP, REN e TAP até ao final do ano e ainda mais duas grandes empresas em 2012, entre ANA, CP Carga, Galp, CTT e Caixa seguros.

Um saque de milhões

Com este Programa do FMI/UE/BCE, servilmente apoiado pelo PS, PSD e CDS, os trabalhadores e pensionistas portugueses, através do congelamento de salários e pensões, por meio de cortes, com o aumento de impostos e a inflação, serão esbulhados de vários milhares de milhões de euros. Simultaneamente, os partidos da *troika* procuram deixar aberto o caminho a uma maior "flexibilização" das leis laborais, a uma maior precarização do trabalho e até, sob o pretexto de

um necessário aumento da produtividade, a um abaixamento nominal dos salários.

A redução do subsidio de desemprego e das indemnizações por despedimento, a reestruturação da taxa do IVA (aumentando-a), a criação de um novo imposto sobre o consumo de electricidade; a liberalização dos preços da electricidade e do gás; uma subida acentuada dos preços dos transportes; o aumento das taxas moderadoras no SNS e a redução do número de portugueses isentos dessas taxas agravarão pesadamente as já negras condições de vida de muitos trabalhadores e pensionistas.

Concomitantemente com as drásticas medidas impostas pela *troika* e aceites pelos partidos do capital, há também a salientar as maiores dificuldades de acesso, assim como o aumento de preços na saúde e no ensino para a generalidade dos portugueses.

Até fins de 2013, com este Programa e com um governo de todos ou de cada um dos partidos que constituem o chamado arco governativo – PS, PSD e CDS (nesta altura já constituído um governo PSD/CDS) - está prevista uma efectiva diminuição de, pelo menos, 10% no nível de vida dos portugueses. De salientar também que, no que diz respeito às empresas do sector público, o programa da *troika* preconiza numerosas e apressadas privatizações, correspondendo, em geral, às empresas mais cobiçadas e



visando entregá-las, por baixo preço, aos abutres capitalistas, que há muito vinham afiando as garras.

Elevar o nível das lutas

De lembrar que foram estes mesmos partidos (PS, PSD e CDS) que ao longo das últimas décadas estiveram no poder e conduziram uma política que engordou as grandes empresas e alimentou as suas numerosas clientelas. Ao mesmo tempo que foram sendo desprezadas e/ou destruídas (a favor do estrangeiro) a agricultura, as pescas e parte da indústria, tornando o País ainda mais dependente dos centros imperialistas. Pelo seu lado, os partidos da esquerda parlamentar (e reformista) pouco mais puderam fazer que, de algum modo, procurar defender os direitos políticos e sociais dos trabalhadores, lutando pela manutenção da parte destes (que tem vindo a diminuir) no Rendimento Nacional, face à voracidade e ofensiva do patronato.

O conjunto de medidas ditadas pela *troika*, para que fosse aceite a "ajuda" a Portugal, traduz-se num violento ataque em várias frentes contra as classes

trabalhadoras e os pobres (de cujas consequências muitos ainda não se aperceberam bem), assim como numa ainda maior dependência do País em relação ao imperialismo. E que vem ao encontro de já velhos anseios do patronato, servindo igualmente aos partidos do capital para, a pretexto das exigências do FMI/UE/BCE, aplicarem as medidas que até aqui, por razões fundamentalmente de ordem eleitoral, ainda não tinham tido a coragem de assumir claramente e/ou de pôr em prática. Os partidos do chamado arco governativo dispõem-se, assim, a realizar uma nefasta política, divergindo entre si apenas no maior ou menor grau de aplicação destas medidas. E o novo governo PSD/CDS, com o apoio do PS, só não conseguirá levar a cabo tal política se os trabalhadores e o povo (procurando afastar a canga do pescoço) forem capazes de se lhes opor com inteligência, força e tenacidade adequadas. Sem elevar o nível das lutas dos trabalhadores e do povo, e sem massificá-las, não é possível construir uma barreira eficaz à actual ofensiva do patronato e da *troika* imperialista.
Pedro Goulart

A revolta grega e nós

Os governantes portugueses e os média ao seu serviço têm vindo quase sistematicamente a demarcar-se da Grécia, como se este país tivesse peçonha. Isto, fundamentalmente, para convencer a gente da troika mas, também, para acalmar os "mercados" que parece não se terem comovido com tão mesquinhas manobras. Pelo contrário, da parte dos explorados e dos anticapitalistas portugueses o que deve é haver uma forte solidariedade com os trabalhadores e o povo gregos, que se têm batido valentemente contra o domínio do imperialismo e os governos seus lacaios, dando ao mundo um notável exemplo de combatividade.

Battisti libertado

Apesar das pressões do estado italiano e das grandes conivências da reacção brasileira, incluindo a de alguns membros do Supremo Tribunal Federal brasileiro, com tais pressões, Cesare Battisti foi posto em liberdade em 8 de Junho. Battisti estava preso no Brasil há 4 anos e corria o risco de ser extraditado para a Itália berlusconiana. Esta libertação acontece meses depois do asilo político que lhe foi concedido no Brasil pelo ex-presidente Lula da Silva. A solidariedade militante, brasileira e internacional, obteve, aqui, uma importante vitória com a libertação deste (longamente perseguido) militante político italiano.

País Basco: vitória do Bildu

Nas eleições locais realizadas em 22 de Maio a longa resistência e luta do povo basco obteve uma assinalável vitória. A coligação Bildu – que PSOE e PP tentaram ilegalizar – tornou-se na primeira força, em número de eleitos, e na segunda força em número de votos. Obteve 1137 eleitos e um total de 313.151 votos (22%), tendo o Partido Nacionalista Basco sido a força mais votada com 327.011 votos (22,97%) e 881 eleitos. Só depois ficaram o PSOE (16%) e o PP (11,64%).

A Primavera dos povos do Sul e o Outono do capitalismo

Há um outro despertar necessário: o dos trabalhadores dos centros imperialistas

Mao tinha razão quando afirmou que o capitalismo (aquele que realmente existe, isto é, o imperialismo) nada tinha a oferecer aos três continentes (a periferia constituída pela Ásia, a África e a América Latina – essa "minoría" que reúne 85% da população do Planeta!) e que portanto o Sul constituía a "zona das tempestades", quer dizer das revoltas repetidas, potencialmente (mas só potencialmente) portadoras de avanços revolucionários em direcção à ultrapassagem socialista do capitalismo.

A "Primavera árabe" inscreve-se nesta realidade. Trata-se de revoltas sociais potencialmente portadoras de alternativas, que podem a longo prazo inscrever-se na perspectiva socialista. Esta é a razão pela qual o sistema capitalista, o capital dos monopólios dominantes à escala mundial, não pode tolerar o desenvolvimento destes movimentos. Contra eles, mobilizará todos os meios de desestabilização possíveis, pressões económicas e financeiras, até à ameaça militar. Apoiará, segundo as circunstâncias, quer falsas alternativas fascistas ou fascizantes, quer a instalação de ditaduras militares. Não se pode acreditar uma palavra do que diz Obama. Obama é Bush mas com outra linguagem. Há uma duplicidade permanente na linguagem dos dirigentes da tríade imperialista (EUA, Europa ocidental, Japão).

As "primaveras" dos povos árabes, como as que os povos da América Latina conhecem há duas décadas, a que eu chamo a segunda vaga do despertar dos povos do Sul – a primeira desenvolveu-se no século XX até à contra-ofensiva do capitalismo-imperialismo neoliberal – reveste formas diversas, que vão desde as explosões dirigidas contra as autocracias que acompanharam



precisamente o desenvolvimento neoliberal até ao colocar em causa da ordem internacional pelos "países emergentes". Estas primaveras coincidem portanto com o "Outono do capitalismo", o declínio do capitalismo dos monopólios generalizados, mundializados e financiarizados. Os movimentos partem, como os do século precedente, da reconquista da independência dos povos e dos Estados das periferias do sistema, retomando a iniciativa na transformação do mundo. São, portanto, antes de mais, movimentos anti-imperialistas e, portanto também, só potencialmente anticapitalistas.

Se estes movimentos conseguirem convergir com o outro despertar necessário, o dos trabalhadores dos centros imperialistas, poderá desenhar-se uma perspectiva autenticamente socialista à escala de toda a humanidade. Mas isto não está de maneira nenhuma inscrito à

partida como uma "necessidade histórica". O declínio do capitalismo pode abrir a via à longa transição para o socialismo, como pode envolver a humanidade na via da barbárie generalizada.

O projecto de controlo militar do Planeta pelas forças armadas dos EUA e dos seus subalternos da NATO, que está em curso, o declínio da democracia nos países do centro imperialista, a recusa passadista da democracia nos países do Sul em revolta (que toma a forma de ilusões para-religiosas "fundamentalistas" que os Islão, Hinduísmo e Budismo políticos propõem) operam em conjunto nessa perspectiva abominável. A luta pela democratização laica toma então uma dimensão decisiva no momento actual que opõe a perspectiva duma emancipação dos povos à da barbárie generalizada.

Samir Amin (extraído do artigo 2011: *le printemps arabe?*)

Sobre o assassinato de bin Laden

A luta dos povos árabes fala mais alto

O gáudio dos governos e das polícias ocidentais e a propaganda (vazia de sentido político, para entreter curiosos) sobre os detalhes da operação que matou bin Laden foram uma nuvem de poeira para esconder a real mudança que se está a dar no mundo árabe e muçulmano. Considerada esta realidade nas suas proporções, não há razão para as potências imperialistas cantarem vitória.



O rosto do mal

Bin Laden foi a face escolhida pelos EUA para dar rosto ao “terrorismo sem pátria” e ao “fundamentalismo religioso”, pretextos que serviram ao imperialismo para prosseguir no plano mundial a guerra que antes levou a cabo sob a capa do “perigo comunista”. Serviu de instrumento prático para a invasão do Afeganistão e para prolongar uma ocupação que dura há dez anos. Foi também, em boa medida, argumento para a invasão do Iraque em 2003. Mas, saldando-se estas duas aventuras por um fracasso para os EUA, não apenas político como também militar, a eliminação de bin Laden representa fraco consolo para os centuriões de Washington. No respeitante ao terrorismo, é preciso lembrar que 80% dos atentados ocorrem no chamado terceiro mundo e não nas metrópoles do capitalismo desenvolvido. E, muito para além das consequências desses atentados, o principal terror

sofrido pelas populações árabes e muçulmanas é o que lhes é infligido pelas operações militares imperialistas, com milhões de mortos e de deslocados só no Iraque, no Afeganistão e na Palestina.

É revoltante, em face disto, ouvir Barack Obama afirmar, na linha do que diria George Bush, que com a execução de bin Laden “foi feita justiça”. Que isso possa satisfazer a vontade de desforra de muito norte-americano, talvez – mas esse não é argumento que convença os milhões de árabes e de muçulmanos vítimas não de bin Laden mas das tropas norte-americanas. Também aqui não há que cantar vitória.

Quem dita o curso

Mas, mais do que tudo isto, os levantamentos populares nos países árabes mostram que não é (e não foi) o terrorismo da Al-Caida, nem o radicalismo religioso a maior ameaça para os países capitalistas ocidentais, particularmente para os imperialistas. O que os ameaça de veras é a onda de libertação

que corre de Marrocos ao Paquistão. Milhões de pessoas que parecia não terem voz nem vontade própria exigem mudanças que os EUA e a União Europeia não esperavam e para as quais não têm resposta. Massas populares que estavam arredadas da acção política – por ditaduras de décadas sustentadas pelas potências ocidentais – entraram em cena e ditam agora o curso dos acontecimentos. É aí que bate o ponto.

A simples democratização, mesmo relativa, dos regimes apoiados pelo imperialismo é um terremoto que altera por completo a relação de forças instalada há trinta, quarenta ou cinquenta anos nos países do norte de África e do Médio Oriente, e que as intervenções militares dos EUA e da NATO se encarregaram de estender ao sul da Ásia.

Efeitos palpáveis

A ainda pequena mudança operada no Egipto bastou para alterar os dados do chamado problema palestino (que é de facto o problema israelita...). A solidariedade da população egípcia forçou a abertura da fronteira sul de Gaza. E a unidade reclamada nas ruas pela juventude de Gaza e da Cisjordânia resultou num acordo entre as principais forças políticas palestinas com apoio egípcio. Israel perdeu em dois tabuleiros: o da aliança com a ditadura egípcia, que colaborava no cerco a Gaza; e o da divisão interna das forças palestinas. No Iraque, desde Março que quase todas as cidades do país põem em causa o regime e a ocupação, não como alternativa à acções de luta armada, mas como seu complemento – o que potencia enormemente a resistência no seu conjunto. No Paquistão, todos os dias há manifestações de ódio aos EUA protagonizadas por milhares de pessoas, que denunciam os

actos de guerra conduzidos contra a população paquistanesa e a pressão política imperialista sobre o país, e que manifestam solidariedade com a resistência dos vizinhos afegãos contra a ocupação militar de que são vítimas há dez anos.

As próprias coutadas tidas por mais seguras do imperialismo europeu e norte-americano, como a Arábia Saudita e o Barém, são abaladas pela base.

A vontade de milhões

Em nenhum destes casos a Al-Caida, ou sequer os “fundamentalistas religiosos”, tiveram qualquer papel nas sublevações populares e nas mudanças políticas que se estão a operar.

Os povos árabes (para já eles) estão a dar ao mundo uma lição de como enfrentar o poder, aparentemente imbatível, do imperialismo, da única maneira que sempre foi viável: a luta política assente na vontade de milhões de pessoas.

A manter-se este movimento popular e multinacional, nem mesmo as contra-revoluções promovidas pelos serviços secretos e pelas forças militares imperialistas na Líbia e na Síria conseguirão evitar que o balanço de forças, no plano global dos países árabes e muçulmanos, se altere em desfavor das potências europeias e norte-americanas. O mito de bin Laden e da Al-Caida, construído pelos EUA para proveito próprio, passou à História. Não pelo assassinato acompanhado em directo no gabinete de Barack Obama, mas porque as massas dos países árabes e muçulmanos falam mais alto. Hoje, só pode ser essa a preocupação central do imperialismo, atento como é às realidades.

Obama bem pode pensar (já que não o pode dizer abertamente) como o rei Pirro no final da batalha de Ascoli: “Mais uma vitória como esta e estamos derrotados”.

Manuel Raposo

Ponte aérea

Sete mil milhões de dólares desapareceram sem rasto entre os EUA e o Iraque. O dinheiro, em notas, transportado em aviões militares, pertencia ao fundo iraquiano resultante da venda de petróleo por alimentos no tempo de Saddam Hussein e fora apreendido pelos EUA nas vésperas da invasão do Iraque. Após três investigações, os norte-americanos admitiram pela primeira vez que o dinheiro pode ter sido roubado, sugerindo que terá ido parar às mãos dos seus aliados no poder em Bagdad. Acontece porém que esses mesmos aliados dizem tratar-se não de 7 mas de 18 mil milhões. O que deixa a suspeita de 11 mil milhões se terem sumido antes de chegarem ao Iraque. Quando não há moralidade, comem todos.

Kabul Bank

Uma gigantesca fraude bancária ocorreu no Afeganistão. Sob a forma de empréstimos sem documentação, 850 milhões de dólares, de um total de mil milhões, do Kabul Bank, foram doados a accionistas que compraram 35 mansões no Dubai e acções em companhias de petróleo e centros comerciais. Beneficiários: os dirigentes do país, patrocinados pelos EUA, entre eles o presidente Karzai, um seu irmão e outras figuras gradas do poder. Um dos responsáveis, Kalilulah Ferosi, aguarda calmamente o resultado das investigações num luxuoso hotel de Cabul. Outro, o governador do banco Abdul Fitrat, fugiu do país para lugar seguro: os EUA, onde obteve autorização de residência permanente.

Refugiados

A agência da ONU para os refugiados revelou que havia em 2010 quase 44 milhões de deslocados em todo o mundo, cerca de 16 milhões dos quais fora dos seus países. Significativo ainda é o facto de serem os países pobres a suportar o maior fardo no acolhimento desses deslocados. O maior número é de afegãos, iraquianos, somalis e congolezes. Mais de metade são crianças com menos de 18 anos.

NATO prepara invasão da Líbia?

Por detrás das acusações de “violação como arma política”

S em apresentarem qualquer prova, os conspiradores da NATO e do Tribunal Penal Internacional acusaram, em 8 de Junho, o governo líbio de violação, não apenas como “dano colateral” de guerra, mas como arma política. A acusação de que a Líbia planeia distribuir massivamente *Viagra* às suas tropas confirma que se trata de uma mais gasta propaganda de guerra. Os países da NATO, com a plena cumplicidade da comunicação social e do TPI, espalharam esta mentira para ganharem apoios e calarem a oposição a um assalto terrestre à Líbia.

A acusação vem somar-se às provas de uma escalada nos bombardeamentos de alvos urbanos na Líbia, ao uso de helicópteros franceses e britânicos que dão pleno apoio a tropas terrestres, e ao posicionamento no Mediterrâneo, perto da Líbia, de navios de guerra dos EUA que podem rapidamente fazer desembarcar tropas. A NATO está ansiosa por elevar a guerra ao nível de uma “Santa Cruzada” em defesa das mulheres e assim colocar o caso líbio para lá de qualquer discussão ou qualquer defesa.

Outras mentiras

A acusação de violação como arma política foi também espalhada, sem provas, contra as forças sérvias para justificar os planos dos EUA para o primeiro bombardeamento da história da NATO em 1994, na Bósnia; e foi de novo usada, em 1999, na Sérvia, na primeira ocupação levada a cabo pela NATO. Foi o modo de amaciar a população dos EUA e da Europa acerca da guerra criminosa contra a Jugoslávia. O mesmo se passa agora com a Líbia. Lembremos ainda que, em 2001, a comunicação social e os políticos dos EUA defenderam o bombardeamento e a ocupação do Afeganistão com o argumento de devolver às mulheres os direitos que os Talibã lhes tinham



tirado. Mas a situação das mulheres e da população inteira deteriorou-se ainda mais com a ocupação.

Falsos justiceiros

As fotos, vídeos e relatórios publicados nos mais importantes jornais sobre tortura e humilhação sexual na prisão de Abu Ghreib, no Iraque, praticadas por soldados norte-americanos e os testemunhos de soldados envolvidos em violações, torturas, mutilações e execuções no Iraque e no Afeganistão confirmam a brutal realidade das guerras dos EUA. Estas guerras nunca foram para “salvar” as mulheres.

Apesar de todas aquelas provas, o TPI nunca pôs a hipótese de acusar criminalmente as tropas norte-americanas, britânicas, francesas ou alemãs. Como país africano, a Líbia dificilmente poderia esperar uma investigação séria ou qualquer forma de justiça da parte do TPI, criado em 2002 sob grandes esperanças de justiça internacional.

O TPI nunca investigou os ataques de *drones* norte-americanos a civis indefesos em pelo menos oito países africanos, árabes e sul-asiáticos. Nem sequer tocou nas invasões e ocupações praticadas pelos EUA. Tal como o bombardeio dos palestinos por Israel está “fora da sua alçada”.

Um crime mascarado

Nenhuma intervenção dos EUA ou outros imperialistas protegeu as mulheres. Mesmo as mulheres que servem na máquina militar dos EUA não estão a salvo. De acordo com um estudo publicado pelo Jornal de Medicina Militar, 71% das mulheres soldados foram violadas ou atacadas sexualmente enquanto serviam nas forças armadas. Essas mulheres queixam-se repetidamente de falta de tratamento, ausência de aconselhamento, investigações criminais incompletas e ameaças de punição por terem denunciado os ataques. Em 2009 o Pentágono admitiu que cerca de 80% das violações nunca foram denunciadas, tornando-as o crime mais documentado das forças armadas. Além disto, as bases militares dos EUA estão todas elas rodeadas de uma verdadeira indústria sexual de mulheres abusadas, forçadas a trabalhar em bares e clubes pela fome, por deslocação e por perda familiar.

A acusação de “violação política” feita ao governo líbio não tem outro sentido que não seja o desejo da NATO e dos EUA de justificarem a expansão da guerra contra a Líbia.

Sara Flounders (*Workers World / adaptação MV*)



Bons ventos de Espanha

Milhares de pessoas, sobretudo jovens, concentram-se durante semanas, ao longo de Maio e Junho, em dezenas de cidades espanholas. Protestavam contra um sistema social que os mantém sem trabalho e sem futuro e que faz deles meros joguetes de um regime político corrompido, dominado por poderosas cliques partidárias que dividem entre si o poder. “Vocês não nos representam” é uma das frases significativas que os manifestantes atiraram à cara dos políticos do sistema.

Quando o movimento dos “acampados” perdia força e desmobilizava, uma nova acção dava alento ao protesto: em 19 de Junho, em Madrid, os “indignados” promoveram uma manifestação que juntou 50 mil pessoas. E, facto importante, a central sindical Comisiones Obreras apoiou-a por considerar os objectivos coincidentes com os da luta pelos direitos laborais e pela necessidade de “juntar esforços para avançar com a resposta social”.

Largo apoio

Iniciado numa praça no centro de Madrid, o movimento 15 de Maio (M15M) desobedeceu a todas as proibições das autoridades que declararam ilegal a concentração e o acampamento permanente que se instalou no local. Mas, em vez de se atemorizar com as proibições, o movimento propagou-se a dezenas de cidades de Espanha. Em muitas localidades, pequenas e grandes, milhares ou centenas de pessoas, tanto faz, manifestaram a sua solidariedade com os pioneiros de Madrid e levantam as suas próprias exigências.

Também fora de Espanha o movimento ganhou apoios e deu origem a manifestações de solidariedade em muitos países. Em Lisboa, algumas dezenas de manifestantes começaram por concentrar-se frente ao consulado e à embaixada de Espanha, iniciaram depois um acampamento no Rossio e algumas centenas manifestaram-se também em 19 de Junho.

Em busca de saída

Com características e uma base de apoio semelhantes às da manifestação da “Geração à

rasca” portuguesa, o protesto em Espanha mostra uma larga variedade de reclamações e de palavras de ordem, com o traço comum de denunciarem o sistema político dominante, a corrupção dos agentes do poder, o acentuar das desigualdades decorrente da crise do capitalismo, e a falta de presente e de futuro das populações trabalhadoras.

Denunciam sobretudo o facto de o actual sistema político ser uma “falsa democracia” sem saída para os problemas da maioria da população. “Revolução espanhola”, “Este sistema está podre”, “Sem revolução não evolução” são algumas das frases vistas nas manifestações que traduzem esse sentimento de recusa da teia política montada pelas forças dominantes e a procura de soluções fora do sistema vigente.

Outras expressões dão conta do sentido multinacional, que este tipo de protesto, pela sua natureza, deve ter. Não por acaso, foi recuperada a consigna levantada meses atrás por manifestantes comunistas gregos “Povos da Europa, sublevem-se!”.

Mais que simples solidariedade

O apoio aos manifestantes espanhóis não foi além da solidariedade. Mas ele teve, para além disso, uma outra importância: a de tentar fazer alastrar o protesto na Europa, uma vez que a situação de crise do capitalismo coloca muitas das populações trabalhadoras europeias diante dos mesmos dilemas e das mesmas opções políticas. Pelo menos a Grécia, Portugal e Espanha vivem hoje condições sociais, económicas e políticas muito semelhantes. E, no nosso caso, os trabalhadores espanhóis são, pela proximidade geográfica e pelos laços económicos entre os dois países, os primeiros aliados dos trabalhadores portugueses.

Por isso mesmo, o mútuo apoio e a coordenação das lutas de massas (a todos os níveis: nos protestos de rua, nas acções sindicais, nas iniciativas políticas) são decisivos para criar um movimento capaz de fazer frente às medidas de ataque aos trabalhadores e de pôr em respeito o patronato e os partidos do poder.

Manuel Raposo

Crime da NATO

A história, denunciada pelo jornal britânico *The Guardian* em 8 de Maio, é edificante.

Em final de Março, 72 africanos (homens, mulheres e crianças) fugiram de Trípoli num barco em direcção à ilha italiana de Lampedusa. Tendo ficado à deriva, entraram em contacto com as autoridades italianas e pediram auxílio a um helicóptero e a um barco de guerra da NATO a operar na zona. Os seus pedidos foram ignorados e, após 16 dias de desespero, apenas onze sobreviventes conseguiram regressar à costa líbia, onde mais dois deles acabaram por morrer.

O direito marítimo obriga qualquer navio, incluindo os militares, a atender pedidos de socorro e a prestar auxílio a pessoas em perigo no mar. As autoridades italianas e da NATO violaram esse dever e são portanto responsáveis pelas mortes que ocorreram.

Os fugitivos nada mais faziam do que procurar sobreviver, tentando escapar de um país castigado pelos bombardeios da NATO.

As causas destas fugas (muitos milhares de pessoas por ano) são conhecidas: a desesperança de vida em África agrava-se com as guerras e regimes ditatoriais. A probabilidade de ficar sepultado no fundo do mar é elevada: em 2008, mais de 20% dos fugitivos morreram. Mesmo assim

arriscam. Nos quatro primeiros meses deste ano, mais de 30 mil migrantes africanos terão tentado atravessar o Mediterrâneo. Terão morrido 800 só em Abril.

Esta demonstração de desprezo, deixando morrer sem auxílio seis dezenas de pessoas, serve para avaliar a hipocrisia da Europa, dos EUA e da NATO ao justificarem os ataques aéreos à Líbia com o argumento da defesa das populações civis.

DITO

É com o dinheiro dos outros que um banqueiro empresta dinheiro aos seus clientes.

*J. W. Gilbert, banqueiro
(1794-1863)*